

A DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES NA CONTEMPORANEIDADE

Ariane Vieira Leite¹

RESUMO: *Princípios norteadores das condutas e modelos sofreram alterações de forma que alguns foram enfraquecidos e outros reforçados. Muitas das concepções de família, relação conjugal e educação de filhos, por exemplo, já não vigoram com a mesma intensidade nos dias de hoje. Lançando um olhar para o contexto sócio-histórico-cultural, observamos alterações ocorridas na educação familiar no sentido de sua democratização. Esta – assumida sobretudo pelas classes médias, mais permeáveis a determinados ideários modernos pode ser apreendida a partir das diferentes dimensões do processo educativo.*

Palavras-chaves: Práticas educativas, Democratização, Mudanças, Autoridade.

1 - AS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO SENTIDO DA DEMOCRATIZAÇÃO

O processo de alterações de valores ocorrido durante o séc. XX repercutiu fortemente nas práticas educativas adotadas pelos pais. Estas transformações se fizeram acompanhar de mudanças na maneira de pensar a socialização das gerações mais novas e certas práticas para controle do comportamento foram sendo questionadas, discutidas e muitas vezes desvalorizadas (BIASOLI-ALVES, 2002; ROMANELLI, 1995; CALDANA, 2004, MONTANDON, 2005).

Pesquisas voltadas para o estudo da educação familiar da criança apontam para a transição de um ideário tradicional para um moderno no decorrer no século XX. Segundo Caldana (2004), a expressão mais enfática desta transição seria a adoção de “um enfoque anti-autoritário ligado à preocupação com a felicidade da criança, traduzida como bem-estar emocional, e à importância atribuída à expressão de afeto e a proximidade através do brincar” (2004, p. 586).

Roussel, citado por Montandon (2005), afirma que, no Ocidente, as mudanças sociais, bem como as ocorridas nas relações de autoridade pais/filhos, têm levado ao deslocamento de um modelo baseado na imposição e no controle a outro, fundamentado na participação e na negociação. Também afirma que embora este fato alegre quem veja nele um exemplo democrático de evolução, costuma assustar aqueles que, pelo contrário, estão convictos de que reforça o individualismo e ameaça a civilização democrática.

A ação de quem educa guia-se por objetivos imediatos e mediatos que são determinados por valores e contextos sócio-histórico-culturais estabelecidos (CALDANA, 1994). Em outras palavras, a conduta do educador é guiada pelo ideário, valores e costumes do contexto no qual está inserido. Tais valores de alguma forma determinarão as imagens da criança e adulto ideais nos contextos citados, que certamente influenciarão nos objetivos da educação.

Conforme Biasoli-Alves, nas primeiras décadas do séc. XX predominou a Moralidade Religiosa, ou seja, as crenças e as atitudes a respeito da criação e educação dos filhos vinham basicamente da religião e do sistema em que as mães haviam sido educadas. Havia a valorização e a exacerbação da autoridade paterna, a ausência ou não expressão do afeto, além da preocupação com a formação moral das crianças (CALDANA, 2004). Predominava a idéia de

¹ Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador - UCSal. E-mail: arianeleite@yahoo.com. Orientadora: Christine Jacquet.

salvar as almas das crianças, fazendo-as obedientes e tementes a Deus, já que a morte na infância era muito freqüente (BIASOLI-ALVES, 1992). Observa-se o cultivo de valores morais, a exigência do cumprimento de normas, uma educação voltada para o trabalho, fundamentada no “bom exemplo” das gerações mais velhas. O contato entre as diferentes gerações acontece de forma natural – as próprias condições de moradia contribuíam para isto –, implicando na responsabilidade dos mais velhos com os mais novos e por divisões de acordo com papéis de comando e submissão, em que o domínio do social mais amplo pertence ao sexo masculino e a casa é o reino do feminino (BIASOLI-ALVES, 1997).

Sucedeu-se à esta moralidade a Higienista (dec. 50 e 60), que conservou ainda uma boa parte das formas e modos tradicionais de criação da criança. Neste período continua o controle do comportamento da criança, realizado em menor grau de punição porque o objetivo se volta para uma “meninice” feliz, despreocupada e alegre. As práticas educativas, que têm a figura do médico como fonte de diretrizes, comportam tanto a exigência quanto a afetividade, completadas por um baixo nível de explicação, independência e expressão de desagravo ou oposição aos adultos. Busca-se um corpo sadio e a formação de um caráter igualmente sadio, treinando as crianças em uma regularidade de hábitos e na total ausência de expressão e satisfação de suas vontades (BIASOLI-ALVES, 1992; 2002). Segundo Caldana (2004), prevaleceu o ideal de família, aproximava-se do modelo familiar burguês europeu.

Chega-se então, no final do século XX, à moralidade das Necessidades Naturais e a Individualista e de Curtição. O ideário da educação, que sofre influência do movimento feminista, vem dos especialistas: pediatras, professores e principalmente os psicólogos e psicanalistas. Tudo é natural, bom e permitido, desde que expresso pela criança. A orientação é permitir para não tolher, para não frustrar e não desestimular, procurando ver em cada criança suas especificidades, suas idiossincrasias. São quebradas as regras absolutas e consistentes para dar lugar à liberdade. “O discurso das mães enfatiza o diálogo com a criança, a exigência de compreensão, de afeição, chegando-se ao extremo da preocupação com o seu bem-estar subjetivo” (BIASOLI-ALVES, 1997, p. 43). Os pais são criticados severamente se cultivam certo grau de autoridade sobre o filho e temem “repetir os erros do passado” (BIASOLI-ALVES, 2002, p. 248; 1992, p. 105). A criança é vista como uma pessoa agradável, objeto de afeto e fonte de aprendizagem, mas, nesta última moralidade, reconhece-se a necessidade de voltar a uma regulação moderada de suas vontades (BIASOLI-ALVES, 1992, 2002).

O viés psicanalítico, presente e influente neste tipo de contexto sócio-histórico-cultural, vincula a educação à promoção da saúde, amadurecimento e equilíbrio emocional do filho e aponta para o cuidado nas relações entre pais e filhos, sobretudo nos primeiros anos de vida destes. A concepção da educação dos filhos volta-se então para a promoção da saúde mental do indivíduo, em detrimento da transmissão de valores morais (CALDANA, 1998). Segundo esta autora (2004), as informações advindas da Psicologia e da Psicanálise acerca das condutas norteadoras com os filhos, podem ser agrupadas em quatro idéias principais, quais sejam:

As alterações ocorridas na educação familiar no séc. XX, no sentido de sua democratização, se refletem mais especificamente nos objetivos visados pelos pais, ou seja, qualidades e aptidões que os pais queriam que os filhos adquirissem (normas a serem transmitidas, expectativas e aspirações); os recursos e métodos pedagógicos que os pais utilizam para transmitir seus valores ou ensinar comportamentos adequados aos filhos, dando forma e significado às relações entre seus membros; a repartição dos papéis educativos entre o pai e a mãe (autoridade e tarefas); o comportamento (incentivo, bloqueio, etc) dos pais frente a outras instâncias educativas como a escola, grupo de pares, a televisão, entre outros. (BRAZ, DESSEN E SILVA, 2005)

1.1. A criança como protagonista de seu processo educativo

Nas classes médias brasileira observa-se o investimento dos pais na autonomia e independência dos filhos. A criança é introduzida como um elemento ativo, participante e determinante de seu processo educativo. Segundo Biasoli-Alves, a participação da criança é muito maior em termos de sua alimentação, nas atividades a serem por elas desenvolvidas e nos contatos sociais que estabelecem. “As mães têm por norma permitir que a criança tome iniciativas e a visualizam como capaz de tomar decisões, mesmo que dentro de limites” (1992, p.110). Tal postura se diferencia da educação que elas receberam, fundada em regras bem determinadas, seguidas ao “pé da letra”, sem muita permissão para que a criança tivesse “voz e vontade”. Biasoli-Alves constatou que o número de regras que as mães utilizaram para criar os filhos nas últimas décadas é menor se comparado ao que exigiam as mães dos anos 30/40, por outro lado, cresceu o número de permissões, à medida que o tempo foi passando. Ademais, atualmente, nas práticas religiosas, as crianças são muito mais livres e descompromissadas e gozam de privacidade para a realização de determinadas atividades ligadas ao cuidado pessoal (BIASOLI-ALVES, 1997).

Ao abordar a autonomia das crianças, Montandon registra que essa questão apresenta variações segundo o sexo, a composição da família ou o pertencimento social dos pais.

Em termos de ação, mais particularmente das atividades que implicam uma autonomia concreta, as diferenças segundo o meio ou o sexo variam em função das atividades e do tipo de responsabilidades implicadas. Por exemplo, cuidar de crianças menores é uma tarefa mais recente entre crianças cujos pais são operários ou têm uma formação pouco elevada, ao passo que dormir na casa de um colega é uma atividade mais freqüente entre as crianças de classe média. (MONTANDON, 2005, p. 499)

Desta forma, esta autora ressalta que é importante apreender o que a autonomia significa para as crianças e analisar seu modo de tratar as exigências da autonomia de que são objeto, observando os contextos culturais e sociais nos quais estão inseridas (MONTANDON, 2005). Biasoli-Alves observa ainda, dentro deste quesito, um enorme esforço dos genitores em oferecer às crianças um ambiente estimulante, com atividades, jogos, brinquedos e brincadeiras, restritos a casa e ambientes pequenos a ela afins. (2002; 1992; 1997). “A liberdade do filho vem condicionada à necessidade de desenvolvimento de sua autonomia, visando um adulto competitivo, independente e realizado profissionalmente” (1997, p. 45). Montandon (2005) alerta ainda para o esforço permanente e intenso que resultam do exercício da autonomia, preço a ser pago no processo da democratização:

As práticas que encorajam a autonomia são exigentes para o indivíduo e podem ter um efeito desestabilizador sobre a criança e seus pais. É o preço da democratização, por assim dizer. No processo educativo, alcançar um equilíbrio entre excesso de submissão e excesso de liberdade, questão que preocupou Locke, Rousseau e tantos outros, é um exercício delicado. Além do mais, quando a autonomia se torna uma norma para um indivíduo, ela suscita um exame de si permanente e intenso, e logo, pesaroso. (MONTANDON, 2005, p. 487).

1.2 Os recursos e métodos pedagógicos que os pais utilizam para transmitir seus valores ou ensinar comportamentos adequados aos filhos

1.2.1 A explicação do certo e do errado como método preventivo e a ineficácia das palmadas

Ocorreram mudanças familiares no estabelecimento de maneiras e limites para as interações entre pais e filhos, questão ligada à esfera da disciplina. Por exemplo, a punição física como recurso para corrigir comportamentos de desobediências das crianças aos pais foi, gradativamente, substituída pelo diálogo ou correção verbal, sendo atribuída grande eficácia à explicação do certo e do errado como método. Isto se deu em grande parte devido à crítica acentuada à surra, à palmatória, às chineladas (principalmente por parte da Psicanálise) e isto forçou uma mudança dos adultos. Segundo Biasoli-Alves (2002), a orientação é que os “encontros disciplinares” sejam cada vez mais preventivos, já que “o explicar/induzir propiciam uma base para a formação tanto de um conteúdo para a chamada consciência moral quanto da capacidade para se auto-restringir”. Esta mesma autora ainda adverte que permitir que a criança erre para depois corrigir vai exigir do ambiente altas doses de punição, de aversividade e, portanto, de violência contra ela.

Weber, Lígia et al (2004), observam que as indicações para o uso de punição corporal como método disciplinar remontam há milênios, estando presentes em ditados populares de diferentes culturas, como a russa, “ama as crianças com o coração, educa-as com a tua mão”, ou a grega, “quem não foi bem castigado com a vara, não foi bem educado”, e em passagens bíblicas, como a que pode ser encontrada no livro de Provérbios 23:13-14: “não poupes ao menino a correção: se tu o castigares com a vara, ele não morrerá, castigando-o com a vara salvarás sua vida da morada dos mortos”. Contudo, muitas maneiras de se educar as crianças, transmitidas ao longo das gerações, deixaram de ser vistas como verdades inquestionáveis, adotando os pais outros recursos.

Neste sentido, novamente, recorda-se da grande influência do campo psicológico na Contemporaneidade. Então, pesquisas na Análise do Comportamento apontam que apesar de a punição corporal produzir efeito imediato, possui diversas conseqüências nocivas, tais como raiva, vergonha, culpa, ansiedade, medo e fuga diante da pessoa que pune (WEBER et al, 2004). Estes autores afirmam ainda que além de prejudicar o desenvolvimento infantil (baixa auto-estima, comportamentos agressivos e anti-sociais, altos níveis de sintomas psiquiátricos e baixo bem-estar geral), a punição corporal traz muitos prejuízos a longo prazo, inclusive para outros com quem convive, devido ao risco de delinqüência, de criminalidade violenta, de violência contra o cônjuge (WEBER et al., 2004) e apontam para um caminho de redução dos “comportamentos inadequados” das crianças:

Se o uso da disciplina positiva (uso de reforçadores) for sistemática, se o estabelecimento de regras (limites) for consistente e lógico, se houver supervisão constante, modelos positivos, incentivo à autonomia da criança e fortalecimento de sua auto-estima, não sobrá muito espaço para a ocorrência de comportamentos inadequados significativos. (WEBER et al., 2004, p. 229).

Foi também na área psicológica que encontramos a reformulação do conceito de disciplina. Este é compreendido como “ajudar uma criança a desenvolver seu auto-controle, estabelecer limites, ensinar comportamentos adequados e corrigir os inadequados” (WEBER et al., 2004, p. 235). Envolve também o encorajamento da criança e o desenvolvimento de sua auto-estima e de sua autonomia, ou seja, prepará-la para o mundo.

Contudo, quando os pais utilizam-se de punições físicas, observa-se uma diferença de gênero. Na pesquisa de Weber et al (2004), os resultados apontam diferenças significativas entre os participantes. Enquanto a maioria destes, que afirmam ter recebido “somente tapas”, foi meninas (58%), a maioria dos que afirmaram ter recebido “surras” foi meninos (57,2%).

Portanto, estes pesquisadores concluíram que os meninos recebem punição corporal mais severa do que as meninas.

Uma vez que a comunicação abre-se integralmente e acentua o valor do “dizer tudo sempre” e do “se expressar”, nos últimos tempos a partilha dos problemas do mundo adulto foi ficando cada dia mais freqüente. Antes, o pouco diálogo não possibilitava o questionamento do comportamento dos pais. Segundo Biasoli-Alves, “foi aberto um canal de liberdade para que as crianças se dirijam aos adultos de forma livre, sem levar em conta diferenças de papel, de experiência, de conhecimento”. (2002, p. 252).

Uma outra mudança observada foi no uso da afetividade, por parte das mães, como forma de conseguir a obediência dos filhos. Segundo Romanelli (1995, p. 87), “o uso da afetividade permite estabelecer uma relativa igualdade nas relações entre a genitora e os filhos, o que contribui de modo decisivo para aproximação de ambos e para preservar parte da autoridade materna”.

Biasoli-Alves nota ainda a passagem do controle externo dos pais ao auto-controle das crianças, “deixar fazer tudo o que elas querem” (2002, p. 249) acreditando que a livre-determinação destas é fundamental para um vida futura saudável. Nos trabalhos sobre educação parental, atribui-se às práticas educativas dos pais os inúmeros males à deterioração da relação entre educadores e crianças e, mais particularmente, ao enfraquecimento da autoridade dos pais (MONTANDON, 2005). Biasoli-Alves (2002), por exemplo, afirma que os processos sociais e o pensamento democrático atingiu diretamente a vida familiar de forma que, num espaço de poucas décadas, a autoridade dos adultos passou de extremamente valorizada a criticada e depreciada. Em outra produção, ela diz ainda que:

Existe uma elevação da importância de valores mais democráticos tendo havido uma transformação profunda dos valores sociais em que os libertários substituíram os autoritários, fazendo com que nas famílias, nas escolas e no trabalho as pessoas estejam menos dispostas a aceitar a autoridade. (BIASOLI-ALVES, 1997, p. 36)

Montandon (2005) afirma que embora os pais não exijam a submissão incondicional dos filhos, como costumava ser no passado, a antiga geração não abre mão da autoridade, que está sendo redefinida. Assim sendo, um caminho que está se traçando pode ser o da flexibilização da autoridade, mas não uma extinção dela.

Apesar de notar que as práticas autoritárias são substituídas pelas democráticas, Montandon (2005), citando Singly (2002), concorda com a idéia de que a negociação não é sinônimo de abandono da autoridade. Este autor ressalta que nenhuma família funciona segundo um princípio explícito de recusa da autoridade e diz que “nas famílias ainda existem certas proibições e regras que os pais não discutem e que os filhos aprendem que, se algumas coisas são negociáveis, outras não o são” (2005, p.488).

1.3 A repartição dos papéis educativos entre o pai e a mãe

1.3.1 Simetria de poder na esfera intra-familiar e perda da autoridade paterna

Com a extensão da escolaridade, os filhos passam a considerar o saber acumulado dos pais como inaquequado frente às novas situações que, por não terem sido vivenciadas pelos genitores, tornam nula a sua experiência. Este fato, somado à entrada da mulher e filhos no mercado de trabalho, sendo o pai por muito tempo o único provedor, gerou o aumento da simetria entre os membros da família, num contexto antes marcado por relações mais

hierarquizadas. A alteração nos vínculos que unem os esposos e eles aos filhos, somada à divisão sexual do trabalho, recrudescer a perda da autoridade do pai.

Ao se tratar da evolução da autoridade do pai e da mãe, observa-se no modelo hegemônico de família nuclear², a força incontestável que o pai possuía, no comando e transmissão de orientações aos filhos, estando a sua autoridade legitimada em fatores como: a provisão financeira da família, o saber adquirido, as posições hierárquicas de marido e pai e pelo caráter institucional de representante da unidade doméstica (ROMANELLI, 1995). Já a autoridade da mãe se baseava também no conhecimento acumulado no passado, bem como nos afazeres domésticos, nos cuidados em caso de doenças e na afetividade.

Segundo Alberti e Martinho citados por GALLO (2006, p. 34), discussões sobre as noções como carência paterna, declínio do pai, enfraquecimento do poder familiar e da autoridade do pai no seio da família e a desvalorização da imagem social do pai estiveram em voga no período do pós-guerra, a partir de meados do século XX. “A idéia de ‘carência paterna’ coloca o pai no banco dos réus: as imagens de pais fracos ou ausentes constituem tal fenomenologia do pai”. Estes autores afirmam ainda que a expressão “carência paterna” aparece no conjunto de produções dos que se propõem a estudar os efeitos psicológicos e sociais da ausência do pai, ou “os efeitos da ausência de algumas de suas características - a de comando, por exemplo - em relação a uma realidade familiar.”

Se os pedagogos, frente a essa carência, temem pelo futuro das famílias, os psicólogos, por sua vez, receiam que se realize a perda das identificações sexuais das crianças. A diminuição da autoridade dos pais no seio das famílias é considerada como causa direta do enfraquecimento da imagem paterna da criança, fenômeno esse que, segundo tais especialistas, acarretaria perturbações psíquicas nas crianças. (ALBERTI, S.; MARTINHO, M.H., apud GALLO, 2006, p. 34).

Então ocorre um decréscimo maior na autoridade do pai do que o da mãe, contando esta com outras estratégias para a obediência dos filhos, como o uso da afetividade, como já foi dito. Assim, o deslocamento do centro da família faz-se da “autoridade patriarcal para a afeição maternal”. A redução da legitimidade da autoridade do chefe de família abre espaço para o questionamento, tanto de sua autoridade quanto do exercício de seu poder no interior de uma estrutura familiar que, lentamente, deixa de ser hierarquizada para tornar-se igualitária (ROMANELLI, 1995). No ideal de família igualitária que sucedeu o da família patriarcal – na qual a identidade dos membros é posicional e que determina uma rígida demarcação de papéis que os torna diferentes – a identidade dos sujeitos passa a ser idiossincrática, ou seja, homens e mulheres, pais e filhos são iguais enquanto indivíduos e as diferenças são atribuídas à individualidade de cada sujeito que é livre para optar e as escolhas não são consideradas certas ou erradas de antemão. (CALDANA, 2004).

Segundo Romanelli (1994), a redução da autoridade do pai e do marido, cada vez mais presente nas famílias de camadas médias, contribui fortemente para que os filhos assumam a posição de “sujeitos de direitos”, ficando para segundo plano a condição de “sujeitos de deveres”. A democratização da vida doméstica, estando todos os membros num nível mais ou menos semelhante, também contribui para a emergência e concretização de interesses

²“Uma estrutura hierarquizada no interior da qual o marido/pai exerce autoridade e poder sobre a esposa e os filhos, a divisão sexual do trabalho bastante rígida, que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas; o tipo de vínculo afetivo existente entre os cônjuges e entre estes e a prole, sendo que neste último caso há maior proximidade entre mães e filhos; o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual” (ROMANELLI, 1995, p. 75)

individuais. Nota-se então que o familismo – expressão utilizada por Ariès (1981) para denominar uma realidade em que o interesse coletivo da família predominava sobre as vontades individuais – passa a ser gradativamente substituído pelo individualismo. A ação socializadora das famílias de camadas médias concorre então para que o individualismo dos filhos prevaleça sobre as aspirações de cunho coletivo.

Uma sociabilidade entre os gêneros mais equilibrada, com maior repartição dos afazeres domésticos e do cuidado das crianças entre a esposa e o marido se dá com mais frequência ente os segmentos da classe média, com maior escolarização e mais abertos à inovações culturais. (ROMANELLI, 1994, BIASOLI-ALVES, 2002; 1992).

Uma outra alteração na atitude dos pais com respeito aos filhos observa-se no aumento das trocas afetivas, sobretudo do pai, que antes não manifestava muito carinho e mantinha-se mais distante, em consonância com o modo como a sociedade estruturava os papéis anteriormente. Segundo Romanelli (1995), era esperado que o pai desse o exemplo, a orientação, a provisão e encarnasse a figura de autoridade do lar, da mãe se esperava os cuidados e o afeto. Neste sentido, este autor ainda enfatiza que “como a autoridade masculina, a afetividade materna era considerada natural, já que o vínculo entre mãe e filho é naturalmente dado na reprodução biológica”. (1995, p. 131). Por fim, a conversão dos pais em amigos, anula, idealmente, as posições de hierarquia e poder no interior da família.

1.3.2 Alterações nos papéis dos genitores a partir dos programas televisivos

As alterações nos papéis parentais podem ainda ser apreendidos a partir dos programas televisivos. Realizando em sua pesquisa uma análise histórica que abordou os últimos quarenta e cinco anos, Brito (2005) constatou que houve uma “supervalorização da figura feminina ao preço, porém de uma redução da validação social de ser pai” (2005, p. 52), acarretando “grandes mudanças dos diferentes papéis acumulados pela mulher e, conseqüentemente, um certo estremecimento no sólido lugar ocupado, até então, pelo homem”.

No início da década de 60, os seriados e desenhos reproduziam a visão sócio-cultural dada ao homem, na época, como “chefe de família”, “defensor do espaço público e o privado”, que ministrava importantes lições de vida às crianças, simbolizando o saber paterno, transmitido a partir de suas vivências. “Ponderado, inteligente, sempre dispunha de palavra sábia ou de solução gloriosa para as situações criadas por seus filhos” (2005, p. 50). Além disto, aliada às teorias científicas da época, a mídia reafirmava o lugar da esposa como aquela que cuida dos filhos e auxilia o marido, este sim alçado à categoria de pai-herói.

Mas, enquanto na década de 60 alguns programas televisivos da época retratavam a supremacia dos homens sobre as mulheres, nos anos 70, seriados retratam a astúcia das mulheres que, por meio do “jeitinho feminino”, ou seja, de seu poder de persuasão, impõem a sua vontade e influenciam o marido, sendo as verdadeiras controladoras das situações. (BRITO, 2005, p. 51). Citando Dumon (1992), Brito (2005) afirma que mudanças iniciadas na década de 70 - como a perspectiva dos “novos pais”, influenciada pelos movimentos feministas – contribuíram para a visão de parceria entre os cônjuges, quando a família passou a ser classificada como “simétrica”. Ela alude também a Figueira (1986) quando diz que este autor já usava o termo “igualitária” para se referir à família da década de 80, advertindo a coexistência do hierárquico e do igualitário, ou ainda, a oscilação de um pólo a outro, dependendo da situação enfrentada.

Nesta época, não se pode deixar de ressaltar a repercussão que obteve o movimento feminista na luta contra a opressão direcionada às mulheres, incluindo a contestação da ordem familiar hierárquica vigente e a busca da igualdade de direitos entre homens e mulheres. (BRITO, 2005, p. 51).

Analisando alguns desenhos animados da década de 90, Brito (2005) alerta para o enaltecimento do papel da mulher e os abalos sofridos não só na autoridade paterna, mas também na figura masculina:

o papel do homem é enfraquecido enquanto imagem social, quando, contrariamente, o das mulheres é enaltificado. Ou seja, é feita uma comparação de atitudes e comportamentos, sendo o pai menosprezado no que diz respeito à dimensão simbólica da palavra, com fragilização de sua figura. Compreende-se que tais abalos se estendem não só à figura masculina, como também à autoridade paterna na forma como era representada na família nuclear.(BRITO,2005, p. 52).

Além das alterações nas imagens ou representação dos genitores, programas infantis lançados na década de 90 expõem situações da vida a partir do ponto de vista das crianças. Desta forma, os adultos, tais como o pai, a mãe e o avô são retratados como aqueles que apenas cuidam das necessidades básicas das crianças. Na série Rocket Power, por exemplo, o principal adulto, que é pai de um casal de crianças, comporta-se como se fosse um irmão de seus filhos. Outras séries mostram que são os filhos que salvam as famílias de grandes dificuldades ou então que os menores de idade são cercados por adultos irresponsáveis. Em outras palavras, há uma exaltação da criança e uma desvalorização do adulto e o fato da criança ser considerada mais esperta do que este, revela uma característica do ideário moderno: a desvalorização do conhecimento adquirido no passado, considerando-se este ultrapassado.

O fato é que, em vários desenhos e programas televisivos, as crianças têm sido transformadas em figuras de autoridade e “parecem encontrar menores objeções e limites, dadas a insignificância e a indefinição do alcance da autoridade de seus responsáveis” (BRITO, 2005, p. 55). Sendo as crianças e jovens os estratos mais bombardeados pela mídia, a autora registra que “parece difícil aos pais sustentarem por muito tempo o seu lugar junto aos filhos, ou seja, o lugar de autoridade, de transmissor de valores, já que sofrem diversas pressões sociais para que tornem seus filhos, cada vez mais cedo autônomos, ou, quem sabe consumidores autônomos”. (BRITO, 2005, p. 54).

1.4 O comportamento dos pais frente a outras instâncias educativas como a escola, grupo de pares, a televisão, entre outros.

Apesar da família ser considerada como a matriz básica das relações e emoções e local que forja a “identidade primeira” do indivíduo (BIASOLI-ALVES, 1995) ou onde são internalizadas as normas culturais e estabelecidos os nexos básicos para o desenvolvimento ulterior (BIASOLI-ALVES, 1997), a partir das décadas de 1960/70 passa-se a se explicar o desenvolvimento da criança por meio de uma socialização interdependente, ou seja, passa a se considerar, além das influências da família, principal responsável pela “moldagem” do indivíduo, os fatores que ela traz internamente e outros meios do ambiente que a circunda. Até este momento pensa-se a determinação do homem de fora para dentro, mas a partir de então o ideal é colocado no homem com sua individualidade, em sua subjetividade. “Assim, o ´entorno` é importante, mas existe a capacidade do homem assimilar o ambiente transformando-o de acordo com suas características pessoais” (BIASOLI-ALVES, 1997, p. 45).

Desta forma, existem vários outros ambientes que afetam o processo de socialização: escola, igreja, mídia e grupo de pares. Este último porém, tende a constituir-se como referência fundamental na orientação da conduta de crianças e adolescentes (ROMANELLI, 1994),

sobretudo as das camadas médias, que vão mais cedo para o ambiente coletivo, sendo influenciados por valores e normas que não são os da família (BIASOLI-ALVES, 1997). Na pesquisa de Salem, constatou-se que os pais tendem a apontar os amigos dos filhos como “seu grande competidor” e sugerem que o contato dos filhos com más influências leva-os a desviarem das expectativas desejáveis. Assim, a proveniência familiar dos amigos dos filhos mostrou-se ser de suma importância para a maioria dos pais entrevistados por Salem (1980). Estes afirmam ter vivenciado numa época em que a contradição existente entre o ambiente de casa e o dos amigos não era tão marcante quanto na atualidade e atribuíram ao grupo de pares a grande responsabilidade pelo aumento do hiato geracional ou do choque de gerações.

No ambiente em que eu vivi não havia discrepância entre o que o meu pai me ensinava e o que eu aprendia fora de casa. Mas hoje o que eu quero transmitir em casa não tem nada a ver com o ambiente de meus filhos e por isto meus conselhos não têm eco. O que eu falo não tem força de exemplo, não tem força de lei, não tem força de recomendação. É por isto que a transmissão do meu pai para mim tinha maior efeito do que a minha para os meus filhos. (SALEM, 1980, p. 155)

Salem (1980) constatou ainda que as divergências entre as gerações deviam-se, sobretudo, à visão de mundo diferente entre estes atores, ou seja, a base valorativa era diferente. Ao abordar a importância dos pares na influência do comportamento das novas gerações, esta autora afirma que no curso da interação social, quando as interpretações da realidade são contestadas por outras definições, os padrões decaem, sendo parcialmente redefinidos ou até mesmo substituídos. Biasoli-Alves (1997) afirma que tem aumentado a divergência de interesses e atividades entre as gerações, sendo que as mais jovens têm procurado sistematicamente se colocar contra os modelos com que se identificavam na infância e vislumbram um projeto de vida em termos afetivos, profissionais, e no seu papel de socializadores que se distancie do que foi levado a efeito pelos pais.

Após a exposição das alterações ocorridas na educação familiar no séc. XX, abordados nos quatro pontos destacados neste trabalho, julgamos oportuno apontar alguns fatores que contribuíram para a democratização das práticas parentais, tais como o aumento da escolarização dos filhos, profissionalização e emancipação da mulher, mobilidade das gerações mais novas, democratização das relações entre os sexos no interior do casal e da casa, cujas conseqüências causaram mudanças expressivas nas relações de autoridade e poder no interior da família (ROMANELLI, 1995).

CONCLUSÃO

Como foi visto, ocorreram mudanças expressivas nas relações de poder e autoridade no interior da família, tanto entre os cônjuges quanto entre estes e os filhos. Fatores como o aumento da escolarização dos filhos, profissionalização e emancipação da mulher, mobilidade das gerações mais novas, maior simetria nas relações entre os sexos no interior do casal e da casa, contribuíram para a democratização da vida doméstica. O fato de todos os membros estarem num nível mais ou menos semelhante colabora, por sua vez, para a emergência e concretização de interesses individuais e se dá de forma diferente para os gêneros.

Entretanto, a democratização das práticas parentais não é considerada para alguns autores como sinônimo de abandono da autoridade parental. Então, ao invés de extinta, está sendo redefinida ou flexibilizada. O pai, que antes é visto como a figura do exemplo, da

orientação, da provisão e da autoridade do lar, passa então a manifestar mais carinho ou aumentar as trocas afetivas. A figura masculina, de autoridade máxima, também transforma-se ao buscar fazer-se amigo do filho, sem muita diferenciação de papel e de poder sobre as crianças e adolescentes. A transição de um ideário tradicional para um moderno também pôde ser observada na adoção de um enfoque anti-autoritário e a preocupação com o bem-estar emocional da criança, que passa a ser encarada como um elemento ativo, participante e determinante de seu processo educativo. Os pais então passam a adotar novos recursos e métodos pedagógicos para transmitir seus valores ou ensinar comportamentos adequados aos filhos. Assim, ocorreram mudanças nas interações entre pais e filhos na questão ligada à esfera da disciplina. Lembramos porém, como foi visto, que elementos tradicionais, podem coexistir com o modelo moderno.

Desta forma, a estrutura familiar, lentamente, deixa de ser hierarquizada para tornar-se igualitária, com uma sociabilidade entre os gêneros mais equilibrada, uma maior repartição dos afazeres domésticos e do cuidado das crianças. Com as alterações nas imagens ou representações sociais dos genitores, passando a identidade dos sujeitos a ser idiossincrática, pais e filhos são colocados num mesmo patamar e alterando o paradigma da hierarquia, e as crianças têm sido transformadas em figuras de autoridade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, S.; MARTINHO, M.H. Sobre o pai da criança atendida na escola e sua função. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.25, n.3, Brasília, set. 2005.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M., Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança. **Temas em Psicologia**, nº 3, p. 33-49, 1997.

_____, A questão da disciplina na prática de educação da criança, no Brasil, ao longo do séc. XX. **Revista da UCSAL**, Salvador, v. 2, nº 2, p. 243-259, julho 2002.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; SIGOLO, S. R. R. L., Análise e categorização dos estudos sobre práticas de educação de crianças na família. **Didática**, São Paulo, nº 28, p. 103-114, 1992.

BRAZ, M.; DESSEN, M.; SILVA, N., Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. **Reflexão e Crítica** [on line], 18(2), p. 151-161, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

BRITO, L. M. T. de. De “papai sabe tudo” a “como educar seus pais”. Considerações sobre programas infantis de TV. **Psicologia e Sociedade** [on line], Porto Alegre, v. 17, nº 1, p. 48-55, Jan/Abril 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

CALDANA, R. H. L; SILVA E OLIVEIRA, T. T. S. da. Mães psicólogas e psicólogas mães: vicissitudes na educação dos filhos. **Estudos de Psicologia** [on line], Natal, v. 9, nº 3, p. 585-593, set/dez, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

JACQUET, C.; COSTA, L. A. F.. Família e opção religiosa: reflexão acerca do impacto da conversão na esfera familiar. In: FIALHO, Livia Alessandra da Costa; Jacquet Christine. (Org.). **Família em mudança**. São Paulo: 2004.

GARCIA, M.; TASSARA, E., Problemas no casamento: uma análise qualitativa. **Estudos de Psicologia** [on line], Natal, v. 8, nº 1, p. 127-133, jan/abr, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

MONTANDON, C., As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. **Educação e Sociedade** [on line], Campinas, v. 26, nº 91, p. 485-507, Maio/Ago 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. do C. B (Org). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995.

SALEM, T. **O velho e o novo**: um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.

WEBER, Lígia.N. D; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J., O uso de palmadas e surras como prática educativa. **Estudos de Psicologia** [on line], Natal, v. 9, nº 2, p. 227-237, maio/ago, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

WEBER, Lígia .N. D; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J., PRADO, P., Identificação de estilo parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. **Reflexão e Crítica** [on line], 17(3), p. 323-331, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>.